

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

ATA Nº 01/2015

Assunto:	Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente
Local:	Sala 506-B - Prédio-sede
Data:	28/08/2015
Presenças:	Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, Desembargador Raul Zoratto Sanvicente, Desembargador Alexandre Correa da Cruz, Juiz Luis Carlos Pinto Gastal, Juiz Luiz Antonio Colussi, Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Juiz Gustavo Fontoura Vieira. Ausente, justificadamente, a Juíza Luciana Caringi Xavier.
Hora Início:	14h45min
Hora Término:	16h05min

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de 2015, às 14 horas e 45 minutos, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente. Estiveram presentes a Exma. Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, Desembargador Raul Zoratto Sanvicente, Desembargador Alexandre Correa da Cruz, Juiz Luis Carlos Pinto Gastal, Juiz Luiz Antonio Colussi, Juíza Andrea Saint Pastous Nocchi, Juiz Gustavo Fontoura Vieira. Ausente, justificadamente, a Juíza Luciana Caringi Xavier. A reunião foi coordenada pela Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova. Iniciada a reunião, a Dra. Rosane disse que o objetivo da mesma é o estabelecimento das diretrizes da Comissão. Ela comentou que a ideia de criação da Comissão partiu da Dra. Andrea, para reunir representantes regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, Programa Trabalho Seguro, ambos do CSJT/TST, Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, da ANAMATRA e da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (especializada em acidentes de trabalho). A Comissão buscará ampliar a visão a respeito de questões importantes que envolvam estes Programas e Comissões. A Dra. Rosane sugeriu, para o início do mês de dezembro, a realização de um seminário sobre direitos humanos. Em

seguida, a Dra. Andrea mencionou a importância da criação da Comissão de Direitos Humanos. Ela relatou que testemunhou a formação da Comissão de Direitos Humanos do TJ-RS, tendo participado de evento daquele Tribunal destinado ao público interno e externo, e ficou impressionada com a importância que o Tribunal de Justiça deu ao tema. A Dra. Andréa comentou que inúmeros tribunais, depois da implantação do Programa do Trabalho Infantil do CSJT/TST, instituíram comissões restritas ao tema do trabalho infantil e que a ideia da nossa comissão de direitos humanos é que possa abordar diversos temas, tais como trabalho escravo, trabalho seguro e decente, as questões relacionadas às discriminações em geral no mundo do trabalho e o papel da educação em direitos humanos no judiciário. Ela disse que seria importante fazer uma divulgação maior desta Comissão, tanto interna como externamente. Além disso, ela lembrou que há as metas a serem cumpridas do CNJ e metas internas da 4ª Região, que acabam tendo relação com temas vinculados aos direitos humanos. O Dr. Gustavo se manifestou, saudando o Tribunal pela iniciativa de instituir a Comissão e parabenizando a Dra. Andrea pelo incentivo para a formação da Comissão. O Dr. Gustavo demonstrou satisfação pelo enfoque na questão de direitos humanos, área que ele nota diariamente que deve ser mais valorizada, tanto no exercício da magistratura quanto na vida particular. O Dr. Gustavo fez referência a material do Alto Comissariado da ONU, destinado a juízes e advogados, que pode auxiliar a ter mais subsídios para esta Comissão. Ele destacou que o Tribunal deve desenvolver ações com a sociedade em direitos humanos, área que tem um campo fantástico a ser explorado. Ele lembrou da cartilha de direitos básicos lançada pela ANAMATRA para os trabalhadores em francês, que pode auxiliar grandemente os trabalhadores do Haiti, por exemplo. Em relação ao público interno, o Dr. Gustavo acha muito importante que o Tribunal desenvolva ações na formação em direitos humanos. O Dr. Raul disse que a ideia de reunir em uma mesma comissão a possibilidade de tratar os temas trabalho seguro, trabalho infantil, as discriminações e os assédios no mundo do trabalho é muito válida, pois são áreas que podem trocar ideias e ações. O Dr. Raul citou o trabalho realizado pelo MPT em São Paulo, referente ao trabalho escravo e trabalho infantil. O Dr. Colussi parabenizou a Dra. Andrea, exaltando a iniciativa do Tribunal. Fez

críticas aos ataques do Congresso Nacional às leis trabalhistas, como, por exemplo, a idade mínima para poder começar a trabalhar. Ele elogiou o trabalho de conscientização que a ANAMATRA vem realizando no Congresso em busca da ampliação dos direitos humanos do trabalhador. O Dr. Alexandre agradeceu o convite para fazer parte da comissão, comentou que já fez parte de comissões similares no Ministério Público. Acha uma ideia muito boa de se fazer este seminário para dar visibilidade à esta Comissão, que ele considera muito importante. O Dr. Gastal disse que a iniciativa do Dr. Raul em Pelotas foi um sinal da necessidade de interação destas Comissões. É de suma importância haver esta integração dos direitos humanos, junto do trabalho infantil e do trabalho seguro. Ele disse que esta Comissão habilita o Tribunal a dialogar com a sociedade. O Dr. Gastal acha que a Comissão abre uma perspectiva pró-ativa. Ele elogiou as iniciativas recentes da sociedade para se repensar o que a sociedade quer. A Dra. Andréa comentou que participa desde 2005 da Comissão de Direitos Humanos da ANAMATRA, além da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil do TST. Ela falou que, com a institucionalização da Comissão de Direitos Humanos, dá-se uma grande visibilidade ao assunto. A Dra. Andrea mencionou que deve haver uma maior conscientização na área de direitos humanos para os magistrados e servidores do Tribunal, inclusive com treinamento. A Dra. Rosane disse que não gostaria de assumir a coordenação da Comissão, já que ela já está envolvida em diversas comissões. A Dra. Andrea irá auxiliá-la na coordenação. A forma de contato entre os membros da Comissão será por meio de e-mail do grupo. A Dra. Rosane sugeriu que duas medidas já devem ser tratadas: a questão do Seminário e um Itinerário Informativo de Direitos Humanos na Escola Judicial. A Dra. Rosane pediu para o Dr. Alexandre se ocupar das questões de viabilização destas duas medidas. A Dra. Rosane gostaria de fazer o Seminário na 1ª semana de dezembro, no Plenário do Tribunal e com público externo (Comissões de Direitos Humanos de outros Tribunais, OAB, Ministério Público, parceiros das Comissões envolvidas). A Dra. Rosane disse que a fundação Pescar e o Tribunal estão por fazer um convênio, previsto para o ano que vem, com a finalidade de treinamento para meninos e meninas, com idade a partir de 16 anos, em escritórios de advocacia na área do PJe, para depois terem a possibilidade de serem

contratados por estes escritórios. O objetivo é que estes jovens consigam entrar no mercado de trabalho. Há interesse, de participação neste convênio, da OAB, MPT, AGETRA e SATERGS. A Dra. Rosane esclareceu que os adolescentes abrangidos pelo Projeto Pescar estão em estado de vulnerabilidade social. O Dr. Gastal comentou que, nos casos dos haitianos, em Pelotas, a empresa Doux recrutou muitos trabalhadores para outras regiões e, quando estes retornaram, as vagas no mercado haviam sido ocupadas por haitianos, que se submetem a situações que os trabalhadores não aceitariam. A Dra. Andrea citou Caxias do Sul, onde vem ocorrendo situações semelhantes. O Dr. Raul disse que isto é um problema do capital, não da Justiça do Trabalho. A Dra. Rosane disse que a Pastoral de Caxias do Sul vem realizando um trabalho elogiável com os haitianos. O Dr. Gustavo disse que o momento de intervenção de uma Comissão do Tribunal seria nos locais onde eles estão alojados, como no caso da Pastoral. A Dra. Rosane sugeriu de conversar com os magistrados de Caxias do Sul, no encontro de magistrados, para se tomar alguma iniciativa que envolva os haitianos. O Dr. Gastal mencionou o aplicativo da 8ª Região, que trata de acidentes de trabalho. O Dr. Raul comentou que o aplicativo ainda não está funcionando. A Dra. Rosane perguntou ao Dr. Raul se já tem alguma programação do 2º semestre. O Dr. Raul respondeu que será realizado um encontro da NR12 em outubro, envolvendo público interno e externo. A Desembargadora Rosane encerrou a reunião às 16h05min. Eu, Francisco José Fetter Furtado, Assistente Administrativo, lavrei a presente ata que vai assinada pela Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente.

DESEMBARGADORA ROSANE SERAFINI CASA NOVA,

Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente